



Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



RESOLUÇÃO CMS 319 de 23 de abril de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Osasco, com base em suas atribuições conferidas pela Lei nº. 3969/05, em sua Reunião Ordinária Nº 361 realizada no dia 23 de abril de 2026.

RESOLVE:

- **Publicar:** A posse da conselheira do segmento usuário Jucemara Maria Soares Evangelista como titular em substituição do Conselheiro do segmento usuário Diego Elias Nascimento
- **Aprovar:** Entidade Instituto Amor de Giulia
- **Aprovar:** Entidade Força, Inteligência em Ação - FIA
- **Aprovar:** Qualificação da OSS: Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus
- **Aprovar:** Ata da Reunião Ordinária nº 360 de 19 de março de 2026.

ATA TRECENTÉSIMA SEXTUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OSASCO DO DIA DEZENOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao décimo nono dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quinze minutos, na Sala do Conselho Municipal de Saúde, 480 Térreo – Osasco. A mesa foi presidida por Edna Maria Brasil, que iniciou os trabalhos verificando o quórum e convocando os suplentes para assumirem as titularidades ausentes: Simone assumiu a vaga de Cristina Corredor; Maurício assumiu a vaga do segmento prestador de serviço; e Vera assumiu a vaga de usuário entidade. A presidente Edna Maria Brasil solicitou que os celulares fossem mantidos no silencioso e estabeleceu o teto de duas horas para a reunião, com tempo de fala limitado a um minuto por conselheiro. A presidente solicita que a conselheira Ana Luiza seja por hoje a secretária executiva e que ela faça a leitura da Convocação e Pauta da Reunião, datada de 11 de março de 2026. **1º Ponto de Pauta:** Votação da Ata Ordinária 359ª; **2º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Indicadores pela Diretora Geral da Atenção Primária da Saúde - DGAPS; **3º Ponto de Pauta:** Apresentação dos Trabalhos da Entidade Amigos do Jardim Bonança; **4º Ponto de Pauta:** Qualificação da OSS Associação de Proteção à Maternidade e Infância Ubaira; **5º Ponto de Pauta:** Informes. Passamos para o **1º Ponto de Pauta:** A presidente pergunta se todos receberam e leram a ata 359, visto que os conselheiros já tinham ciência do teor da mesma, que foi enviada anteriormente para todos os conselheiros a ata foi aprovada por unanimidade. Passamos para o **2º Ponto de Pauta:** A diretora Érica iniciou a apresentação dos indicadores da Atenção Primária à Saúde, destacando que os dados provêm do sistema e-Gestor do Ministério da Saúde, funcionando como uma auditoria externa. Relatou a importância da territorialização e explicou que as unidades são divididas em equipes compostas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e Agente Comunitário de Saúde (ACS). Afirmou que o papel do ACS é visitar mensalmente gestantes e crianças menores de 2 anos para reduzir a mortalidade infantil, mas demonstrou, através do sistema, que a equipe Rosa da UBS Santa Maria, que possui 44 crianças, registrou zero visitas de ACS no período. Declarou que a gestão deve tomar ações enérgicas para mudar esse cenário, pois a inação pode resultar em óbitos por doenças preveníveis. Informou que o município possui 185 equipes, sendo que 121 delas foram classificadas pelo Ministério da Saúde como "péssimas" ou "regulares" no quesito vínculo e acompanhamento, o que gera um prejuízo financeiro de aproximadamente 12 milhões de reais por mês em repasses federais. Relatou que, em abril de 2023, 215 ACS receberam smartphones, mas atualmente apenas 185 aparelhos estão operacionais (25 foram danificados e 5 roubados), ressaltando que muitos agentes se recusam a utilizar a ferramenta para criar grupos de comunicação com a população. A conselheira Suzete questionou se o site do e-Gestor é aberto ao público. A diretora Érica respondeu que o acesso é restrito via senha para profissionais, mas propôs cadastrar a presidente Edna Maria Brasil para que o conselho possa consultar os dados na própria sede. O conselheiro Ademir relatou sua experiência na UBS Padroeira, afirmando que os agentes perdem dias de produção por falta de computadores disponíveis para digitação, mencionando que já perdeu 20 dias de registros. Declarou que a unidade possui 14 ACS e que, no período da tarde, há dificuldade de acesso aos equipamentos



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



que são ocupados por médicos e enfermeiros. A diretora Érica respondeu que, conforme parâmetros do Ministério da Saúde, a proporção de um computador para cada 12 ACS em uma unidade que funciona 12 horas por dia é suficiente, desde que haja organização. Afirmou que o problema no Padroeira é falta de organização interna e não de estrutura, pois o remanejamento de uma hora de digitação por agente resolveria a demanda. A conselheira Suzete solicitou uma questão de ordem e propôs que as unidades estabeleçam escalas fixas de uso de computador para otimizar o recurso humano e físico. Afirmou que o uso de tablets é viável, mas ressaltou que existe um atraso (delay) na subida das informações para o sistema do Ministério em comparação ao uso do computador. O conselheiro Ademir questionou se o aplicativo do sistema de saúde (SIS) poderia ser instalado nos smartphones entregues aos agentes. A diretora Érica respondeu que entrou em contato com os responsáveis pelo sistema e foi informada de que, no momento, o aplicativo só é funcional em tablets e se desconfigura em celulares. O conselheiro Ademir declarou estar indignado com a subutilização dos aparelhos celulares. Relatou um caso pessoal onde teve que realizar diversas buscas manuais no sistema para localizar uma gestante, afirmando que se o WhatsApp fosse utilizado como ferramenta de busca ativa, o trabalho seria mais ágil. A conselheira Cátia informou ser ACS há 19 anos, enquanto o conselheiro Ademir esclareceu possuir 1 ano e meio na função. A diretora Érica informou que o município realizou novos chamamentos, convocando 100 novos ACS entre fevereiro e março de 2026, elevando o quadro de 296 para 396 profissionais. Relatou que os pedidos de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) foram feitos em 2024 e reiterados em 2025 e 2026. Informou que foram enviados repelentes e protetor solar em fevereiro de 2026, mas que há falta de uniformes de tamanhos maiores (G e GG), possuindo em estoque apenas tamanhos P e M. O conselheiro Ademir relatou que recebeu um colete tamanho P, apesar de medir 1,80m, o que considerou inadequado. A diretora Érica respondeu que a pesquisa de tamanhos já foi realizada para as novas aquisições. A presidente Edna Maria Brasil informou que as perguntas seriam abertas aos demais conselheiros inscritos. Os conselheiros Gabriel e Diego, também solicitaram inscrição para manifestações posteriores. A diretora Érica prosseguiu com a resposta aos questionamentos sobre a autonomia municipal e a gestão de recursos. Esclareceu que as unidades de destaque em qualidade técnica foram Olaria, D'Ávila e Palmares, ressaltando que tal premiação referia-se à equipe técnica e não especificamente ao trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Informou que o município possui autonomia para adquirir computadores, porém sem cofinanciamento federal, devendo arcar integralmente com os custos. Sobre o repasse financeiro, explicou que o valor de 12 milhões de reais, somado a bonificações, compõe um cofinanciamento via fundo a fundo que auxilia o município no custeio das equipes, visto que o valor federal não cobre sequer o salário de um médico. Relatou que a entrega de repelentes é calculada para um período de dois meses e formalizada mediante termo de recebimento nas unidades. O conselheiro Michel questionou se Osasco possui autonomia para implantar mais computadores para atender os agentes, solicitou a identificação das unidades em destaque e perguntou o destino exato da bonificação financeira recebida conforme a nota dos indicadores. Questionou também como funciona o cronograma de entrega de repelentes, citando queixas de falta de material colhidas em visitas. A diretora Érica respondeu que o repasse vai para o fundo municipal e pode ser investido conforme a necessidade da Secretaria, confirmando que as unidades Olaria, D'Ávila e Palmares foram os destaques técnicos. O conselheiro Michel propôs a possibilidade de os ACS utilizarem o cadastro da Farmácia Popular para a retirada de repelentes e protetor solar como forma de economizar verba municipal. A diretora Érica respondeu que, até onde tem conhecimento, o cadastro é restrito a grupos de risco como gestantes e pessoas com deficiência, mas declarou que pesquisaria a viabilidade técnica de incluir os ACS na parceria. O conselheiro Ademir questionou se o aplicativo do sistema de saúde (SIS) poderia ser acessado via navegador web, já que a instalação do aplicativo em celulares desconfigura o sistema. A diretora Érica respondeu que o acesso via navegador é perfeitamente possível e que a não utilização em smartphones muitas vezes decorre de uma recusa dos próprios agentes. A conselheira Vera afirmou que os dados apresentados de acompanhamento de gestantes e crianças não coincidem com a realidade observada pela Pastoral da Criança no bairro Conceição. Relatou que a Pastoral acompanha 15 famílias por voluntário, encontrando crianças sem vacina e gestantes sem pré-natal, e declarou sentir-se desmerecida quando os dados oficiais não dão crédito ao trabalho voluntário. A diretora Érica corrigiu a informação, esclarecendo que os dados de "zero visitas" apresentados anteriormente eram específicos de uma única equipe da UBS Santa Maria e não



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



representavam o município inteiro. A conselheira Ana questionou a ausência de visitas em Presidente Altino e Santa Gema, citando o caso de uma pessoa doente há muito tempo sem assistência, e indagou quem seria o responsável por coordenar e organizar a agenda dos ACS. A diretora Érica respondeu que o responsável direto é o enfermeiro de cada equipe. Explicou que historicamente houve uma cultura de depreciação do enfermeiro da estratégia frente ao concursado, o que deixou os ACS sem supervisão por muitos anos, mas afirmou que a gestão está resgatando essa responsabilidade. O conselheiro Ademir questionou o prazo para a entrega de novos celulares e solicitou salas exclusivas para os ACS nas unidades. A diretora Érica respondeu que os aparelhos são solicitados nominalmente conforme a conclusão do chamamento dos novos profissionais e declarou possuir em mãos a escala de digitação da unidade do conselheiro, afirmando que todos possuem horários garantidos para uso dos computadores. O conselheiro Ademir contestou a informação sobre a escala, declarando que a unidade Padroeira disponibiliza apenas dois computadores na sala da gerência para 17 agentes e que, rotineiramente, os ACS são obrigados a ceder o lugar para enfermeiros e médicos. A diretora Érica respondeu que a unidade possui 17 computadores disponíveis em horários variados conforme a planilha recebida da gestão local e propôs uma reorganização interna para garantir a produtividade. O conselheiro Gabriel questionou por que os indicadores de equipe e-Multi e saúde bucal apareciam como zero no sistema. A diretora Érica esclareceu que o Ministério da Saúde só financia equipes completas e, como o município ainda não possui auxiliares de saúde bucal em todas as equipes, o governo federal não faz o repasse, obrigando o município a bancar os 64 profissionais de saúde bucal e os 36 de e-Multi com recursos próprios. O conselheiro Toninho afirmou que muitos agentes não realizam as visitas e que unidades antigas, como a do Jardim Abril, não possuem estrutura física para os ACS se reunirem. Propôs que as novas construções contemplem salas de reunião específicas para a categoria. A diretora Érica respondeu que a falta de estrutura ideal não deve impedir o trabalho e que os agentes devem utilizar salas livres, como as de gerência ou consultórios, conforme o mapa de horários da unidade. A conselheira Suzete declarou que a estratégia de saúde da família é uma ação de território e que a UBS deve ser apenas um ponto de referência e apoio. Relatou sua experiência de reuniões em praças e igrejas, afirmando que a enfermeira da estratégia é mais eficiente no domicílio do que realizando procedimentos internos. Propôs ao conselho que, durante as visitas, fiscalizem as escalas de digitação e a efetividade das visitas domiciliares. A conselheira Jacksyara questionou a frequência das capacitações para ACS e gestores. A diretora Érica respondeu que treinamentos ocorrem mensalmente para multiplicadores e relatou que a última capacitação de indicadores durou nove encontros entre agosto e setembro. A coordenadora Juliane relatou dificuldades com a baixa adesão dos agentes, que muitas vezes se negam a participar de treinamentos alegando falta de custeio de transporte ou exigindo liberação do turno integral para cursos de curta duração. A diretora Érica alertou sobre uma nota técnica do Ministério da Saúde que determina o desligamento de agentes que não apresentarem produtividade, visto que o governo federal custeia 95% do valor do profissional. Relatou que a gestão está seguindo rigorosamente a legislação trabalhista e sendo acompanhada pelo Ministério Público, apesar de sofrer acusações de assédio por cobrar resultados. A conselheira Mara questionou quem é o responsável direto no "chão da fábrica" pelo caminhar dos ACS, defendendo que a gestão deve ser mais forte na cobrança do planejamento na ponta. A diretora Érica respondeu que o enfermeiro é o responsável e informou que a secretaria designou sete médicos supervisores para visitar as 36 unidades e auditar os processos de trabalho presencialmente. O conselheiro gestor Pedro Faustino relatou demora para a realização de um exame de próstata solicitado em julho de 2025 e convidou a plenária para a assembleia do CAPS no dia 31 de março. A conselheira Suzete respondeu orientando o conselheiro a procurar o gerente Orlando na UBS Portal para que a enfermeira reavalie o caso e solicite prioridade junto à central de regulação. A diretora Érica apresentou o andamento de sindicâncias administrativas relacionadas a denúncias de assédio e condutas inapropriadas de gestores, informando que os casos estão sendo acompanhados pela Corregedoria e pelo Ministério Público. A diretora Érica relatou os resultados das visitas técnicas: na UBS Santa Maria, foram corrigidos problemas de materiais no chão e instrumentos enferrujados; na UBS Jaguaribe, houve orientação sobre conduta administrativa e garantia de atendimento por enfermeiros em caso de falta de médicos; na UBS Maria Pia, a sala de vacina foi reorganizada após detecção de irregularidades técnicas. O diretor regional Diego Franklin esclareceu que reparos estruturais dependem da Secretaria de Obras, mas que a Saúde montou uma equipe de pequenos reparos com bolsistas (pintores, eletricitas,



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



pedreiros) para agilizar soluções imediatas nas unidades. Relatou que a gestão agora acompanha as obras desde o projeto inicial para garantir espaços adequados, como salas de ACS e farmácias próximas à entrada. Passamos em seguida para o **3º Ponto de Pauta**: Apresentação Amigos do Jardim Bonança, apresentado pelo Sr. José Reginaldo, Presidente da Associação, que nos mostrou informes sobre distribuição de refeições e leite. Como o Plano de Trabalho que nos foi apresentado na mesa falava sobre acolhimento e tratamento com especialistas diversos em pacientes do TEA. A conselheira Ana Luiza colocou que o objeto principal da associação seriam pacientes do TEA e que na primeira visita dos conselheiros não havia nenhum profissional que pudesse fazer o atendimento. Na segunda visita a reforma havia sido iniciada para o acolhimento, e ficamos sabendo que a Associação receberia uma média de 30 autistas, para que fossem laudados pela equipe que a nosso ver estava desfalcada porque a legislação fala em equipe multidisciplinar. O conselheiro Diego fez as seguintes colocações: a reformulação sobre o Plano de Trabalho, a estrutura dos banheiros sem adaptações, o treinamento da recepcionista que precisa ser orientada para recepcionar as famílias, dando a informação correta. É necessário também um isolamento acústico com sala sensorial, para recepção dos pacientes. Sugerimos que fosse feita uma nova apresentação do Plano de Trabalho da Associação na próxima reunião do Conselho. José Reginaldo relatou sua gestão de 11 anos e apresentou as atividades da entidade, como a cozinha solidária, atendendo de 100 a 150 pessoas, o programa Viva Leite, ações de Natal e prevenção de saúde. Apresentou o Projeto TEA para crianças autistas, viabilizado por emenda parlamentar, informando que a sede passa por reforma para a criação de nove salas de atendimento, com previsão de entrega em três meses. Relatou que a entidade possui 400 famílias documentadas e que já iniciou atendimentos de regulação com 30 pacientes encaminhados pela Secretaria da Saúde. O conselheiro Toninho questionou a oferta de serviços de saúde, afirmando que em visitas anteriores não observou tal assistência na entidade. José Reginaldo respondeu que a assistência à saúde foi iniciada recentemente por meio de parceria com uma empresa terceirizada contratada via edital. O conselheiro Gabriel propôs que seja realizada uma apresentação técnica detalhada do "projeto TEA em reunião posterior para esclarecer dúvidas sobre os profissionais envolvidos e o suporte oferecido. José Reginaldo declarou concordância com a solicitação. A conselheira Ana relatou que na primeira visita não observou profissionais ou crianças autistas, e que na visita realizada no dia anterior constatou o início da construção das salas em drywall e a presença de uma psicóloga e uma fonoaudióloga. Questionou a afirmação da coordenadora de que o trabalho atual se limitaria a "laudar" as crianças. José Reginaldo esclareceu que, enquanto a obra no andar superior não for concluída, o atendimento inicial foca no diagnóstico, mas que o tratamento completo será ofertado posteriormente. O conselheiro Ademir questionou o prazo para término das obras em função das chuvas. José Reginaldo informou que a previsão de entrega é de três meses conforme o plano de trabalho. A conselheira Suzete esclareceu, em questão de ordem, que o plano de trabalho aprovado pela Secretaria de Saúde, Procuradoria e Finanças deve ser cumprido independentemente de interpéries. Informou que a técnica Luciana realiza a supervisão e avaliação das ações. A conselheira Jacksyara questionou se o atendimento pós-obra seria de "porta aberta". José Reginaldo respondeu que os pacientes devem seguir o cronograma e a fila de regulação da Secretaria da Saúde. O conselheiro Diego relatou diversas irregularidades observadas na visita técnica: a empresa contratada possui registro apenas para fonoaudiologia, o que impossibilita a equipe multidisciplinar exigida; ausência de identificação dos profissionais; barulho excessivo de obra incompatível com o atendimento a autistas; banheiros não adaptados e compartilhados com operários; fiações expostas e extintores de incêndio com pressão negativa ou sem lacre. O conselheiro Diego declarou: "É irresponsabilidade da saúde de Osasco continuar recebendo criança para lá". A conselheira Suzete respondeu que a equipe técnica acompanha a execução e que o recurso será glosado caso o plano não seja cumprido. A técnica Luciana esclareceu que o período de avaliação diagnóstica (oito atendimentos) foi iniciado para evitar que as crianças ficassem paradas na fila enquanto a estrutura física é finalizada. O conselheiro Gabriel relatou ser necessária uma nova apresentação do plano técnico. Diego afirmou que o plano não está sendo executado conforme o documento entregue, citando novamente a falta de qualificação da empresa e riscos estruturais de incêndio, sugerindo a suspensão dos atendimentos. O conselheiro Toninho afirmou que a apresentação focou apenas em assistência social e propôs a suspensão dos atendimentos até que o espaço esteja tecnicamente adequado. Suzete respondeu que a Secretaria avaliará a continuidade dos serviços e solicitará uma visita da vigilância sanitária. A conselheira Mara relatou



Conselho Municipal de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



que José Reginaldo é uma liderança reconhecida, mas questionou o uso de três emendas parlamentares recebidas entre novembro e janeiro, que somam valores altos. Afirmou que a visita de fevereiro não mostrou avanços e solicitou que a entidade apresente de forma separada as contas de assistência social e de saúde. **4º Ponto de Pauta:** Qualificação da OSS Associação de Proteção à Maternidade e Infância Ubaíra. A presidente Edna Maria Brasil abriu o tema para votação, a conselheira Giovana relatou ter realizado pesquisa e encontrado apenas registros de pequenos atrasos salariais. O conselheiro Toninho contestou a informação, afirmando que sua pesquisa apontou 11,7 milhões de reais em acordos trabalhistas, além de investigações do Ministério Público por desvios de verba e fechamento de unidades por falta de pagamento. A qualificação foi aprovada por 6 votos sim, 4 votos não e 4 abstenções. Passamos para o **5º Ponto de Pauta:** Informes. A presidente pergunta se alguém tem informes, o conselheiro Gabriel informa sobre a Exposição CAPS na ALESP com produções artísticas, a conselheira Ana fala da Ação social na UBS Santa Gema das podólogas, a conselheira Simone diz que a UBS Maria Gorete mobiliza-se num abaixo assinado por conta de ausência de médicos na Unidade, a presidente fala sobre a importância da Conferência Municipal de Saúde, que está aguardando o Conselho Nacional enviar os eixos da discussão e que a conferência acontecerá no dia 30 de maio de 2026, das 8 horas as 17 horas na escola Marechal Bittencourt. Às doze horas e cinco minutos encerra a reunião, a Presidente Edna Maria Brasil, lembra que já temos a pauta da próxima reunião, agradece a participação de todos. Eu, Ana Luiza Hatikian Negrão Pimenta, redigi e lavrei a presente ata. Conselheiros titulares presentes na reunião:

- Ademir Bernardino
- Andrea Costa de Souza Duarte
- Michel Alencar Ferreira
- Regina Célia de Oliveira
- Simone Sandra da Silva Figueredo
- Ana Luiza Hatikian Negrão
- Diego Elias do Nascimento
- Giovana A. S. Cogo Rodrigues Andrade
- Gabriel Pavani Brandino
- Jacksyara de Souza Santos
- Vera Lúcia Cardoso Fontenelle
- Kátia Sirlene Rodrigues da Silva
- Maurício Martins Honrado
- Edna Maria Brasil
- Antônio Rodrigues dos Santos
- Suzete Souza Franco



Conselho Municipal de Saúde
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DA SAÚDE



Edna Maria Brasil
Presidente do C.M.S.

Rejane da Costa Oliveira
Secretária Executiva do C.M.S.

Fernando Machado Oliveira
Secretário de Saúde

Homologo a Resolução CMS 319, de 23 de abril de 2026, nos termos da Lei nº. 3969/05.